



MUNICÍPIO DE MARILUZ Estado do Paraná

LEI COMPLEMENTAR N° 011, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

**FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE
OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV,
DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS
TERMOS DO ART. 100, § 3° E 4° DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ, Estado do Paraná,
APROVA, e eu, PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, Prefeito Municipal
SANCIONO a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o pagamento de débitos ou obrigações do Município, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, § 3° e 4° da Constituição Federal, diretamente, dispensando-se a expedição de precatório, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente, na forma de Requisição de Pequeno Valor - RPV.

§ 1°. Para fins desta Lei, consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 20 (vinte) salários mínimos nacionais vigentes à época do pagamento.

§ 2°. Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado nesta lei.



MUNICÍPIO DE MARILUZ

Estado do Paraná

Art. 2º. Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º. A Procuradoria Jurídica do Município ficará atenta, para que nos autos dos processos respectivos não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução, vedados no parágrafo 8º, do Art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade do credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único, do Art. 1º., desta Lei, para receber através de RPV.

Art. 4º. Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ed. do Paço Municipal, aos dias do mês 17 dias do mês de outubro de 2023.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
Prefeito Municipal